



INEWS n.º 20

- 2** | Índice de Preços da Habitação
- 3** | Sistema Europeu de Contas – SEC 2010
- 7** | Nomenclatura NUTS 3
- 9** | Grid Quilométrica
- 10** | Inquérito às empresas exportadoras
- 11** | Em breve...
 - 11** | Conta Satélite da Saúde
 - 12** | Inquérito à Fecundidade – Resultados definitivos
 - 13** | Tipologia Socioeconómica das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto
 - 14** | Tipologia das Áreas Urbanas
- 15** | População Residente
- 17** | Tábuas de Mortalidade
- 18** | Risco de Morrer
- 20** | Incêndios de Grande Dimensão
- 21** | Famílias nos Censos 2011
- 22** | Satisfação dos Utilizadores
- 23** | No Mundo da Estatística
- 27** | Inquéritos em Curso
- 28** | Publicações mais recentes
- 30** | O INE vai divulgar

O INE iniciará em Julho a divulgação de um novo produto estatístico na área do mercado residencial

O Índice de Preços da Habitação medirá a evolução dos preços de transação dos alojamentos adquiridos pelas famílias no mercado residencial, dentro do território nacional.

Trata-se de um índice de preços de periodicidade trimestral, produzido pelo INE a partir de dados administrativos fiscais.

Com este produto estatístico, o INE visa suprir as necessidades de informação associadas à medição e monitorização da evolução dos preços dos alojamentos familiares, em Portugal.



O Índice de Preços da Habitação, cuja série a divulgar tem início no 1º trimestre de 2009, será apresentado com base 2010 = 100

O Índice de Preços da Habitação será disponibilizado para o total nacional e permitirá a distinção entre o mercado dos alojamentos novos e dos alojamentos existentes.

Este índice foi desenvolvido no âmbito de um projeto liderado pelo EUROSTAT com o objetivo de estimular a produção de estatísticas oficiais harmonizadas sobre o mercado imobiliário, a nível europeu. A sua produção é regulamentada a nível comunitário, nomeadamente através do disposto no Regulamento (UE) nº 93/2013 da Comissão, de 1 de fevereiro.

Novo Sistema Europeu de Contas: a partir de setembro de 2014

O INE vai divulgar, no próximo mês de setembro, as Contas Nacionais Portuguesas de acordo com o novo Sistema Europeu de Contas – SEC 2010

O SEC 2010 constitui o novo referencial metodológico europeu para as Contas Nacionais e Regionais, sendo de aplicação obrigatória na UE, por força de Regulamento, de junho de 2013. Será aplicado por todos os Estados Membros (EM) a partir de setembro de 2014, na maioria dos casos, entre os quais Portugal.

A existência de um manual conceptual, de aplicação obrigatória em todos os EM, é fundamental para garantir que os resultados estatísticos são compilados de forma consistente, comparável, fiável e atualizada.

O SEC 2010 está em linha, nos aspetos fundamentais, com o Sistema de Contas Nacionais 2008 das Nações Unidas, o que garante a harmonização internacional dos métodos e a comparabilidade dos resultados entre regiões, países ou áreas geográficas, para além do espaço da União Europeia.

A implementação do novo SEC 2010 visa garantir a atualização dos padrões metodológicos, classificações e regras de registo, para que seja possível acompanhar as alterações estruturais verificadas nas economias

Porquê um novo Sistema Europeu de Contas?

O SEC 2010 revê as normas comuns, classificações e regras de contabilidade nacional aplicáveis aos EM na elaboração das contas nacionais e na transmissão dos seus dados ao Eurostat.

A revisão do anterior SEC (datado de 1995 e ainda em vigor) tornou-se necessária em consequência das grandes alterações que se verificaram na sociedade e na economia ao longo dos últimos vinte anos, em particular ao nível das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), da crescente importância dos ativos intangíveis, da propriedade intelectual de produtos e serviços, bem como dos fenómenos associados à globalização.

A revisão do SEC95 tornou-se um imperativo face às grandes alterações que se verificaram nas sociedades e nas economias ao longo das últimas décadas

Principais alterações metodológicas

Face ao SEC95, o SEC 2010 introduz alterações metodológicas com impactos relevantes em alguns dos principais indicadores macroeconómicos provenientes das Contas Nacionais, como sejam o PIB, o défice e a dívida das Administrações Públicas.

A nova forma de registar as despesas com I&D será a alteração metodológica com impacto mais significativo no valor do PIB

As alterações mais relevantes para as Contas Nacionais serão:

▶ **Registo das despesas em investigação e desenvolvimento (I&D) como investimento**

O reconhecimento de que a despesa com investigação e desenvolvimento tem a natureza de investimento, passando a ser contabilizada como formação bruta de capital fixo e não como despesa corrente.

▶ **Novas regras de análise da classificação setorial das unidades institucionais**

O SEC 2010 irá introduzir alterações na classificação de unidades por setor institucional. Uma das alterações relevantes está relacionada com as Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) que, na sua maioria, deverão ser classificadas no setor das sociedades financeiras (anteriormente encontravam-se maioritariamente nas sociedades não financeiras).

Ao nível da classificação de unidades institucionais públicas, o SEC 2010, bem como a nova versão do Manual do Déficit e da Dívida que lhe está associada, introduziu alterações de relevo nos critérios que devem ser verificados na análise da sua classificação.

▶ **Novas regras de registo das transferências de fundos de pensões**

A transferência de fundos de pensões (de empresas públicas ou privadas) para o setor das Administrações Públicas não dá lugar ao registo de uma receita com efeito no saldo, passando a ser considerada uma operação financeira.

▶ **Novas regras de registo das entidades com fins especiais (Special Purpose Entities, SPE) – unidades com pouca presença física**

O SEC 2010 vem reconhecer o caráter excecional destas unidades, considerando que a sua função principal consiste na captação e transferência de fundos entre entidades não residentes. Consequentemente há um processo de reclassificação destas unidades, que maioritariamente passam a integrar o setor das sociedades financeiras, sendo ainda recomendando que a atividade registada no território de acolhimento corresponda apenas aos fluxos realizados com agentes económicos residentes.

O impacto no valor do PIB será negativo, localizando-se principalmente na Zona Franca da Madeira.

▶ **Registo das despesas com a aquisição de material militar como investimento**

O SEC 2010 alargou o âmbito do investimento em equipamentos militares, abrangendo as despesas em material militar, seja através da aquisição de bens, seja de produção própria, passando a incluir-se, neste conceito mais abrangente de FBCF, os sistemas de armamento, compreendendo veículos militares, navios de guerra, submarinos, aviões militares, etc.

Para além do impacto no PIB, resultante do consumo de capital fixo associado à capitalização destes equipamentos, esta mudança contribui para alterar a composição do PIB, aumentando o peso relativo da componente dos bens de investimento.

▶ **Novas regras de registo do aperfeiçoamento ativo (“processing”)**

É introduzido o critério de mudança de propriedade para registar, ou não, como exportação e importação, fluxos internacionais de bens destinados a, ou na sequência de, trabalhos de transformação dos bens.

Assim, apenas os bens que cruzam as fronteiras do país e em relação aos quais ocorre uma mudança de propriedade, serão registados como importação e exportação no âmbito das Contas Nacionais. Simultaneamente, os trabalhos de transformação dos bens, prestados ao exterior ou contratualizados no exterior, serão registados como exportação e importação de serviços.

Esta alteração não conduz a qualquer impacto no PIB, nem no saldo externo de bens e serviços. Apenas conduz à revisão em baixa dos fluxos de exportação e de importação de bens, provocando alteração em indicadores que utilizem estes agregados na sua composição.

Como é que a mudança para SEC 2010 afetará o PIB?

A nível da UE, e de acordo com o Eurostat, estima-se que o novo SEC aumente, em média, o nível do PIB em cerca de 2,5%, dos quais cerca de 2% são devidos à capitalização das despesas de investigação e desenvolvimento.

O impacto metodológico restante é devido a vários fatores, o mais importante dos quais a capitalização das despesas militares, que representa 0,1%.

O impacto difere entre Estados-membros.

Em Portugal, o impacto estimado pelo INE situa-se acima dos 2,5% do PIB.

A título de comparação, vale a pena mencionar que, nos Estados Unidos, a introdução das novas normas internacionais levou a um aumento de 3,5% no PIB, de 2010 a 2012, com a capitalização das despesas de investigação e desenvolvimento a representarem 2,5%.

Existem outras alterações a ser implementadas em simultâneo?

Em muitos Estados-Membros ocorrem ao mesmo tempo outras alterações, destacando-se a integração de nova informação estatística de carácter estrutural (nomeadamente os resultados dos censos 2011) e a inclusão no PIB de estimativa explícita para algumas atividades ilegais.

Estas alterações não decorrem do novo SEC, mas sim da oportunidade que constitui a implementação de um novo referencial metodológico de Contas Nacionais em simultâneo em todos os EM.

Porquê incluir atividades ilegais?

Desde a implementação do SEC 95 que a fronteira de atividade produtiva inclui a “produção ilegal, por exemplo prostituição e produção de drogas”. Em janeiro de 2012 a Comissão notificou os EM tornando obrigatória a inclusão de atividades ilegais nas Contas Nacionais. Em setembro de 2014 todos os Estados-Membros estão obrigados a cumprir este requisito.

O PIB deve abranger toda a atividade económica. Para uma visão completa e comparável do valor da produção/consumo num dado período e território, é necessário contabilizar as atividades declaradas e não declaradas (incluindo as ilegais).

Com o objetivo de harmonizar os procedimentos de cálculo das atividades ilegais, foram acordadas orientações metodológicas entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros de forma a assegurar a comparabilidade dos resultados. Essas diretrizes contemplam a prostituição, a produção e o tráfico de drogas e de álcool e o contrabando de tabaco.

E o que é a designada economia «informal»?

Não existe uma definição clara e universal de economia «informal». O INE, regra geral, utiliza o conceito de «economia não observada», que corresponde à componente da atividade económica, estimada pelas Contas Nacionais e incluída no PIB, que não está refletida na informação estatística formal recolhida pelo sistema estatístico junto das unidades produtivas, seja através da realização de inquéritos diretos, seja através da utilização de informação de natureza contabilística e/ou fiscal.

As Contas Nacionais Portuguesas incluem estimativas para a economia não observada, de acordo com as obrigações decorrentes do Sistema Europeu de Contas, nomeadamente a garantia de exaustividade do PIB.

As razões para a existência dessa economia não observada podem ser várias, destacando-se duas vertentes principais:

- i) uma componente que não é observada porque não existe obrigatoriedade de ser declarada (ex: produção de bens e serviços para autoconsumo);
- ii) e outra componente que não é observada porque os agentes económicos, deliberadamente, não a reportam (eventualmente também por razões fiscais).

O novo programa de transmissão do SEC 2010 irá ampliar o volume de informação produzida e antecipar alguns dos prazos de divulgação.

Com a nova base de Contas Nacionais Portuguesas o INE disponibilizará informação comparável desde 1995, a um nível detalhado para os anos 2010 e 2011 (os anos âncora da nova base) e em formato mais agregado para o período anterior a 2010

Consulte aqui toda a informação disponível em ine.pt

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA COM NOVA «GEOGRAFIA»

A partir de janeiro de 2015, o INE vai passar a divulgar os seus indicadores referenciados a uma nova NUTS 3

A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos – NUTS foi criada pelo EUROSTAT com os INE dos diferentes países da Europa, para efeitos de análise estatística de dados, com base numa divisão coerente e estruturada do território económico comunitário. A publicação do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, em 26 de maio, deu enquadramento jurídico a esta nomenclatura.

Esta nomenclatura compreende três níveis: NUTS nível 1, NUTS nível 2 e NUTS nível 3. O regulamento europeu estabelece que cada nível territorial deve assentar em unidades administrativas do Estado-Membro e obedecer a determinados limiares demográficos.

No caso de não existirem, num Estado-Membro, unidades administrativas de dimensão adequada, as NUTS são constituídas mediante a agregação de um número adequado de unidades administrativas contíguas, de menor dimensão. As unidades agregadas daí resultantes são designadas por «unidades não administrativas». Esta é a situação atual das NUTS portuguesas de nível 2 e de nível 3.

A NUTS foi sendo objeto de alterações, que implicou um processo longo que envolve todos os Estados-Membros. As alterações regulares ocorrem com frequência não inferior a 3 anos, com exceção de situações que configurem uma reorganização administrativa substancial.

NUTS portuguesas em vigor

NUTS 1: 3 sub-regiões, correspondentes ao território do Continente e às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

NUTS 2: 7 sub-regiões, cinco no Continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) e as duas Regiões Autónomas

NUTS 3: 30 sub-regiões, vinte e oito no Continente e as duas Regiões Autónomas

A alteração prevista incide exclusivamente ao nível de NUTS 3. A partir de 2015 as atuais 30 sub-regiões passarão a 25.

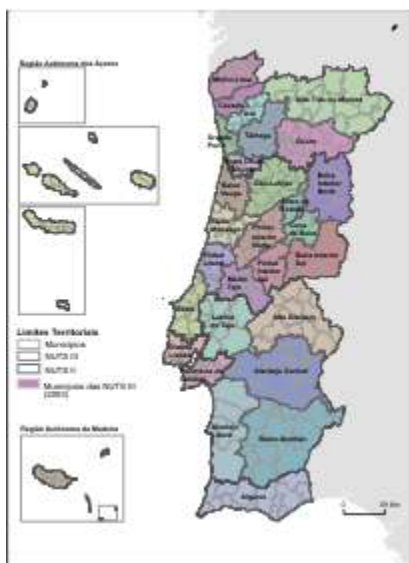
Em 2013, foi concluído o último processo regular de alteração das NUTS europeias que estabelece os limites territoriais de referência para as NUTS, a partir de 1 de janeiro de 2015.

revisão extraordinária das NUTS portuguesas, evocando uma reorganização substancial da estrutura administrativa portuguesa.

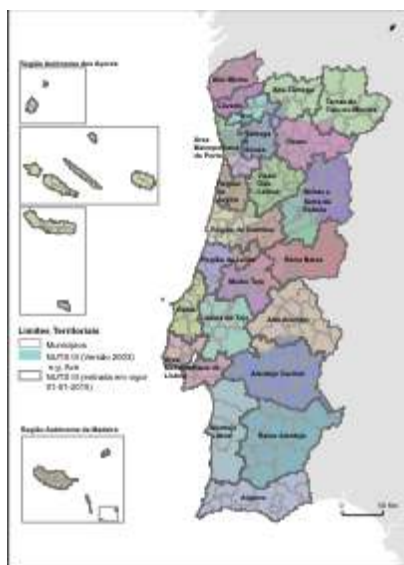
No caso de Portugal, na sequência da aprovação da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprovou o estatuto das entidades intermunicipais), o Estado Português solicitou à Comissão Europeia um processo de

O INE disponibilizará dados de acordo com a nova geografia a partir de 1 de janeiro de 2015

NUTS 3 (atuais 30)



Janeiro 2015: Novas NUTS 3 (25)



NUTS 1	NUTS 2	Nova designação das NUTS 3	População (Censos 2011)	N.º de municípios
Continente	Norte	Alto Minho	244 836	10
		Cávado	410 169	6
		Ave	425 411	8
		Área Metropolitana do Porto	1 759 524	17
		Alto Tâmega	94 143	6
	Centro	Tâmega e Sousa	432 915	11
		Douro	205 157	19
		Terras de Trás-os-Montes	117 527	9
		Região de Aveiro	370 394	11
	Área Metropolitana de Lisboa	Região de Coimbra	460 139	19
		Região de Leiria	294 632	10
		Viseu Dão Lafões	267 633	14
		Beiras e Serra da Estrela	236 023	15
Beira Baixa		89 063	6	
Oeste		362 540	12	
Algarve	Médio Tejo	247 331	13	
	Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	2 821 876	18
	Alentejo	Alentejo Litoral	97 925	5
		Alto Alentejo	118 506	15
		Alentejo Central	166 726	14
Baixo Alentejo		126 692	13	
Região Autónoma dos Açores	Lezíria do Tejo	247 453	11	
	Algarve	Algarve	451 006	16
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	267 785	11

As novas NUTS 3, comparativamente à versão ainda em vigor (desde 2003), passam de 30 para 25 unidades territoriais. Em 8 NUTS 3, não há alteração de limites ou de designação, em 16 verificam-se alterações ao nível dos limites territoriais e 12 têm uma nova designação.

Em consequência, passará a existir, para fins estatísticos, a Área Metropolitana de Lisboa, que resulta da fusão das atuais Grande Lisboa e Península de Setúbal, passando a constituir, simultaneamente uma NUTS 3 e uma NUTS 2.

No caso das NUTS 2 portuguesas, não se verificou qualquer alteração, com exceção da designação da NUTS 2 Lisboa para Área Metropolitana de Lisboa.

Agora em ine.pt pode consultar informação estatística referenciada ao Km quadrado

O INE disponibilizou recentemente um novo instrumento para a consulta *online* de informação estatística, com referencial geográfico a nível de Quadrícula 1x1 km.

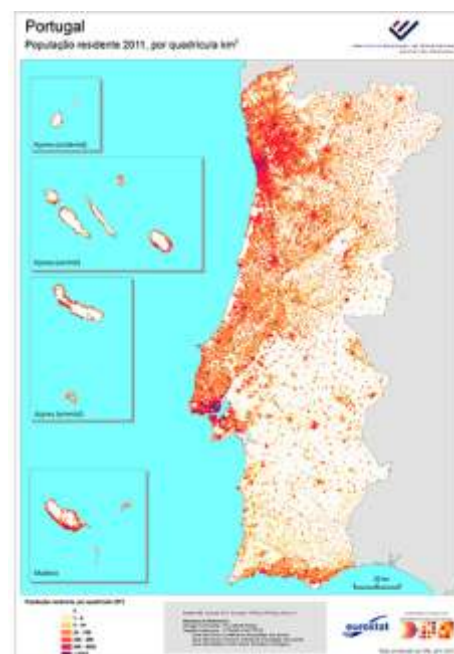
Esta nova ferramenta de consulta é o resultado da participação do INE no projeto GEOSTAT, liderado pelo Eurostat e desenvolvido em colaboração com o *European Forum for Geography and Statistics*.

O projeto GEOSTAT teve como objetivo inicial a criação de um conjunto harmonizado de dados relativo à distribuição e caracterização da população dos Censos 2011 na Europa e respetivas metodologias.

Este instrumento de base geográfica para a difusão da informação estatística, associado a novos referenciais geográficos globais, possibilita análises comparativas entre os diversos países da Europa.

Para uma melhor compreensão das potencialidades e vantagens da Quadrícula 1x1 km foi realizada uma primeira aplicação a algumas variáveis dos Censos 2011, a saber: população, edifícios, alojamentos e famílias. Outra informação estatística irá sendo gradualmente disponibilizada neste novo referencial geográfico.

Para além da visualização de Indicadores é possível fazer o *download* de Indicadores, Mapas temáticos (disponíveis, em versão portuguesa e inglesa) e Grelha quilométrica.



Esta base geográfica apresenta uma geometria independente dos limites administrativos ou outras classificações geográficas utilizadas para fins estatísticos.

Em ine.pt

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA
Quadrícula 1 x 1 km

Dirigido às empresas exportadoras

Dada a relevância que as exportações assumem no desempenho global da economia portuguesa, é do maior interesse a disponibilidade de informação estatística de qualidade sobre as perspetivas da sua evolução, nomeadamente para as políticas públicas e, mais genericamente, para a formulação adequada de expectativas e tomada de decisões dos agentes económicos.

Neste contexto, e no âmbito da produção de estatísticas do Comércio Internacional, o INE acabou de lançar um novo inquérito junto das empresas exportadoras (extra e intra União Europeia) visando obter informação sobre as suas expectativas no tocante à atividade de exportação de bens, com base num questionário muito simples.

As empresas selecionadas são previamente contactadas pelo INE por via telefónica; posteriormente recebem por email a indicação dos prazos de resposta e outras informações pormenorizadas sobre o preenchimento do questionário *online*.

As empresas com valores de exportação muito reduzidos não serão abrangidas pela obrigação de resposta ao IPEB. As empresas exportadoras de serviços apenas fazem parte da amostra do IPEB se forem, simultaneamente, exportadoras de bens.

Inquérito a efetuar duas vezes por ano:

Em maio: sobre a variação nominal das exportações esperada para o ano corrente, relativamente ao ano anterior.

Em novembro: sobre a variação nominal das exportações esperada para o ano seguinte relativamente ao ano corrente, e para o qual será pedida uma segunda estimativa de variação.

Quem responde ao IPEB e como?

Todas as empresas selecionadas pelo INE numa amostra representativa das exportações de bens (com base na informação das estatísticas do Comércio Internacional).

A resposta será efetuada exclusivamente por via eletrónica em ine.pt – WebInq Serviço de Inquéritos do INE na Web.

O INE vai inquirir 3052 empresas exportadoras que, no seu conjunto, representam cerca de 90% das exportações de bens

A propósito do lançamento do Inquérito às Perspetivas de Exportação de Bens, a Presidente do INE, Alda de Caetano Carvalho concedeu uma [entrevista à revista Portugal Global da AICEP](#) onde abordou algumas questões relativas à realização do inquérito, tendo aproveitado para apelar à colaboração das empresas:

“Fica aqui o meu apelo (...) para que colaborem com o INE, neste como em todos os restantes inquéritos que lhes são dirigidos.

Há uma realidade incontestável: só com a resposta rigorosa de (todas) as empresas inquiridas, o INE pode produzir estatísticas económicas de qualidade, a utilizar por todos os decisores, incluindo as próprias empresas”.

CONTA SATÉLITE DA SAÚDE

O INE vai divulgar a Conta Satélite da Saúde 2010-2013 no próximo mês de setembro

O INE divulgou há cerca de um ano, pela primeira vez, os resultados da Conta Satélite da Saúde para o ano 2012, com dados referentes à despesa corrente em saúde e ao respetivo financiamento.

No próximo mês de setembro, a Conta Satélite da Saúde vai ser divulgada, tendo como referência uma nova base (Base:2011), atualizando informação anteriormente publicada e incluindo, ainda, o ano de 2013.

As principais alterações metodológicas e conceptuais a observar decorrem da introdução do SEC 2010, à semelhança das registadas nas Contas Nacionais Portuguesas. Destaca-se a reclassificação dos Hospitais E.P.E (Entidades Públicas Empresarias) no setor das Administrações Públicas (S.13) e a consequente alteração no método de medição da sua produção como produtores não mercantis.

Para além da introdução do SEC 2010, a nova base da Conta da Saúde irá também incorporar nova informação estatística resultante da atualização das principais fontes de informação e da disponibilização de dados mais detalhados.



Para mais informação consulte ine.pt

INQUÉRITO À FECUNDIDADE 2013

Os resultados definitivos serão divulgados brevemente

Em novembro de 2013, o INE divulgou os Resultados Preliminares do Inquérito à Fecundidade 2013, realizado em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Os resultados definitivos serão apresentados no curto prazo, em publicação conjunta INE-FFMS, dedicada ao tema.

As principais tendências identificadas apontam para a persistente tendência de declínio da fecundidade, mais acentuada a partir de 2010, colocando Portugal entre os países da União Europeia com os mais baixos níveis de Fecundidade.

Este inquérito foi dirigido a mulheres com idades entre os 18 e 49 anos e homens com idades entre os 18 e 54 anos tendo permitido analisar a fecundidade – para quem tinha filhos, para quem (ainda) não tinha – em função do número de filhos tidos, do número de filhos que as pessoas (ainda) pensavam vir a ter, e do número de filhos que desejariam ter.

Com a divulgação dos Resultados Definitivos do “Inquérito à Fecundidade” ficarão disponíveis dados destinados a investigadores (credenciados)

Consultar aqui condições de acesso

Toda a informação será disponibilizada em ine.pt e em ffms.pt

TIPOLOGIA SOCIOECONÓMICA DAS ÁREAS METROPOLITANAS DE LISBOA E PORTO – 2011

A divulgar em julho

Este estudo que pretende constituir-se como um quadro de referência para a análise das características e dinâmicas territoriais das entidades intermunicipais de natureza metropolitana.

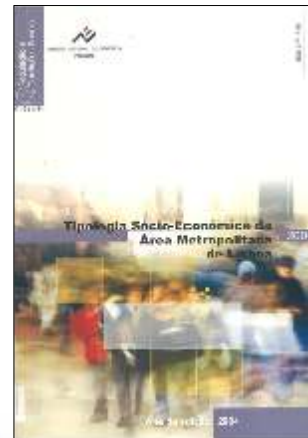
O trabalho decorre da produção de uma tipologia de padrões socioeconómicos obtida a partir de análises multivariadas, aplicadas a indicadores resultantes das operações censitárias operacionalizados a uma microescala de análise: a subsecção estatística.

Pretende-se, assim, identificar grupos de unidades territoriais homogéneas que, do ponto de vista socioeconómico, se distingam entre si.

O modelo a desenvolver permitirá reconhecer contrastes internos a cada um dos dois espaços e contribuirá, também, para identificar as diferenças entre os dois territórios metropolitanos, tendo em conta os perfis observados em 2011, bem como os processos de transformação socioeconómica ocorridos na década 2001-2011.

A Tipologia Socioeconómica, na sua edição atual, dará continuidade ao trabalho iniciado pelo INE, para as duas áreas metropolitanas, com base nos resultados dos Censos de 1991 e posteriormente de 2001.

A edição a divulgar em julho consiste numa análise atualizada, face às edições anteriores, na sequência da disponibilização dos dados definitivos dos Censos 2011 e tem em consideração fenómenos que ganharam relevância na década 2001-2011.



O INE publicou até à data estas tipologias em publicações para cada uma das Áreas Metropolitanas. A edição a divulgar em julho contemplará, pela primeira vez, uma análise integrada das duas Áreas Metropolitanas.

TIPOLOGIA DE ÁREAS URBANAS 2014

A Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU) consiste na classificação tripartida das freguesias do território nacional em Áreas Predominantemente Urbanas (APU), Áreas Mediamente Urbanas (AMU) e Áreas Predominantemente Rurais (APR).

Para além de classificar o território nacional naquelas três categorias, segundo o seu grau de urbanização, esta tipologia permite definir “População urbana” como a população residente em APU e identificar e delimitar áreas urbanas com designação própria, enquanto conjuntos de freguesias APU contíguas, confinados ao limite do respetivo município.

O INE divulgará em breve uma nova Tipologia de Áreas Urbanas, 2014, que substituirá a atual, datada de 2009

Os resultados da TIPAU 2014, para fins estatísticos, serão apresentados por recurso aos dados censitários de 2011 e à informação atualizada dos instrumentos de gestão territorial de nível municipal (Carta de Regime do Uso do Solo) assegurando uma classificação de acordo com a divisão administrativa à data dos Censos 2011 (Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2010) e com a que decorre da reorganização administrativa do território das freguesias retratada na CAOP 2013.



Os trabalhos para a atualização da Tipologia de Áreas Urbanas enquadram-se no âmbito das atividades da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial (SPEBT) do Conselho Superior de Estatística, que deliberou a revisão da Tipologia de Áreas Urbanas em vigor (6ª Deliberação da SPEBT).

A TIPAU tem vindo a ser revista pelo INE num quadro de cooperação interinstitucional que envolve um conjunto de conceituados especialistas em representação de diversas entidades da Administração Central, das CCDR, da Anafre e da ANMP.

A atualização da TIPAU assume particular relevância no contexto do Sistema Estatístico Nacional, permitindo a estruturação de resultados estatísticos de acordo com uma classificação de urbano e rural específica para o território nacional, mas também no contexto da Lei n.º 73/2013, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, constituindo critério na distribuição do Fundo de Financiamento das Freguesias.

O resultado da revisão da TIPAU deverá ser aprovado em sede de CSE (Secção Permanente de Coordenação Estatística) cuja deliberação será publicada em Diário da República, e será posteriormente disponibilizada on line.

Em breve, poderá consultar a tipologia de áreas urbanas 2014 em duas versões:

- ▶ Estática, reportada à geografia utilizada para difusão dos Censos 2011 (CAOP 2010) e à que decorre da implementação da reorganização administrativa territorial autárquica (CAOP 2013)
- ▶ “Floating”, integrando atualizações posteriores ocorridas no Código da Divisão Administrativa, por referência a 31 de dezembro de cada ano



INE acaba de divulgar as **Estimativas Provisórias para 2013**

Os principais resultados deste exercício, publicado em 16 de junho, apontam para que:

- ▶ Em 31 de dezembro de 2013, a população residente em Portugal era de 10 427 301 habitantes: 4 958 020 homens e 5 469 281 mulheres.
- ▶ Estima-se, assim, que terá ocorrido em 2013 um decréscimo populacional de 59 988 habitantes, mantendo-se e acentuando-se a tendência de decréscimo populacional já verificada em 2012 (em que esse valor tinha sido de -55 109).
- ▶ Para o decréscimo populacional de 2013 concorreram:
 - um saldo migratório negativo de 36 232 e
 - um saldo natural negativo de 23 756.

O decréscimo populacional em 2013 resulta de:

- i) nova descida do número de nados vivos (82 787, contra 89 841 em 2012) e do número de óbitos que se situou nos 106 543, agravando-se o saldo natural negativo;
- ii) e do aumento do número de emigrantes permanentes para 53 786, que ultrapassou novamente o número de imigrantes permanentes (17 554), tendência que já se estimara em 2012, mas que se acentuou em 2013.



Em 2013 o número de nascimentos atingiu novo mínimo; o saldo migratório e o saldo natural continuaram negativos.



O INE divulgou as Projeções de População Residente em Portugal, para o período 2012-2060



De acordo

com os resultados obtidos no cenário central destas projeções de população, divulgadas pelo INE no passado mês de março, a tendência para o decréscimo populacional poderá manter-se nos próximos anos, mesmo considerando a possibilidade de alguma recuperação dos níveis de fecundidade e o regresso a saldos migratórios positivos, ainda que moderados, pelo que o número de pessoas residentes no nosso País poderá reduzir-se para os 8,6 milhões até 2060.

Consulte aqui a informação disponível em ine.pt

TÁBUAS COMPLETAS DE MORTALIDADE PARA PORTUGAL 2011-2013



◀ voltar

Divulgado recentemente pelo INE este estudo estatístico integra também os indicadores relativos à esperança de vida

De entre os principais resultados publicados, destaca-se o valor da **esperança de vida** à nascença na atualidade, estimado em 80,00 anos, para o total da população, sendo de 76,91 anos para os homens e de 82,79 anos para as mulheres.

Este indicador aumentou cerca de 3 anos na última década, mais 3,36 anos para os homens e 2,58 anos para as mulheres, relativamente aos valores divulgados para o período 2001-2003 (73,55 e 80,21 anos para homens e mulheres, respetivamente).

As mulheres continuam a viver mais tempo do que os homens

Sendo verdade que as mulheres continuam a viver mais anos do que os homens, é também um facto que a expectativa de vida de homens e de mulheres tem vindo a aproximar-se, com os maiores ganhos a registarem-se na população masculina.

O valor da **esperança de vida** aos 65 anos, no período 2011-2013, foi estimado em 18,97 anos, para o total da população, sendo de 17,07 anos para os homens e de 20,40 anos para as mulheres.

A Tábua Completa de Mortalidade é um estudo estatístico publicado anualmente pelo INE, com base em informação proveniente de outras operações estatísticas da área da demografia; abrange toda a população residente em Portugal, tendo como período de referência três anos consecutivos.

A construção da Tábua Completa de Mortalidade tem como principal objetivo disponibilizar as funções da tábua de mortalidade, nomeadamente a esperança de vida, quocientes de mortalidade, sobreviventes em 100 mil nados-vivos, óbitos entre as idades exatas x e $(x+1)$, sobreviventes entre as idades exatas x e $(x+1)$ e anos completos após a idade x .

Nos últimos 10 anos a
esperança de vida aos 65 anos
aumentou 1,72 anos para os homens e
1,71 anos para as mulheres

Consulte toda a informação em ine.pt



O INE divulgou recentemente os principais dados da mortalidade, por causas de morte, em Portugal

Em 2012, as duas principais causas de morte foram as doenças do aparelho circulatório, com 30,4% dos óbitos registados no país, e os tumores malignos, com 23,9%.

As doenças do aparelho circulatório afetaram sobretudo as mulheres (77,9 óbitos masculinos por cada 100 femininos), ao contrário dos tumores malignos, mais frequentes nos homens (148,0 óbitos masculinos por cada 100 femininos).

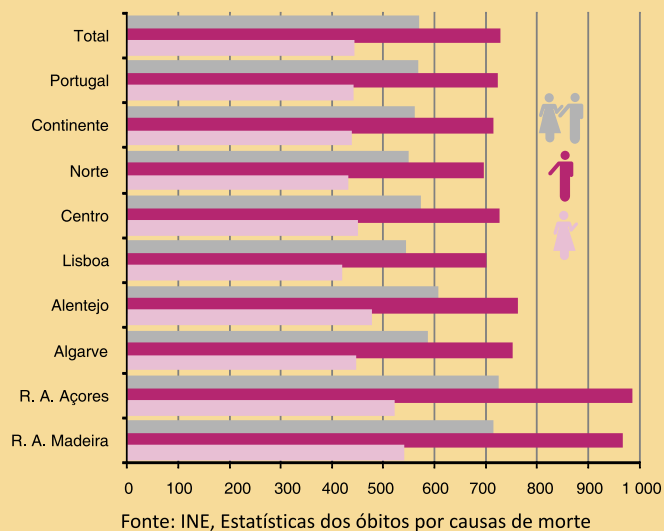
As doenças do aparelho respiratório e a diabetes mellitus estiveram na origem de 12,9% e 4,5% das mortes, ocorridas em Portugal.

Estes e muitos outros dados fazem parte de uma nova publicação editada pelo INE e pela Direção-Geral de Saúde: “Risco de morrer 2012”.

A publicação apresenta uma caracterização da mortalidade por causas de morte, que abrange todos os óbitos de residentes e não residentes ocorridos no país, no ano de 2012, retomando a divulgação regular de dados sobre a matéria, suspensa desde a publicação “Risco de Morrer em Portugal – 2006”, da Direção-Geral de Saúde.

A informação encontra-se organizada em fichas individuais para 55 grupos de causas de morte, tendo-se tomado como referência a lista da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) – OECD Health Data 2012. Para cada causa ou grupo de causas de morte, são apresentadas as contagens do número de óbitos por sexo, grupos etários e regiões de residência, bem como indicadores derivados.

Taxas de mortalidade padronizadas pelo Total de causas (por 100 000 habitantes), por NUTS II e sexo -2012



Melhoramentos e novidades

Esta edição, não só alargou o conjunto de indicadores estatísticos e as causas de morte abrangidas, como desenvolveu uma análise estatística descritiva, destacando-se os seguintes melhoramentos:

Novos indicadores relativos à relação de masculinidade, à idade média do óbito, à mortalidade proporcional, ao número médio de anos potenciais de vida perdidos e às taxas padronizadas de anos potenciais de vida perdidos.

Pela primeira vez, dois indicadores de mortalidade prematura: o número médio de anos potenciais de vida perdidos e as taxas padronizadas de anos potenciais de vida perdidos, por desagregação geográfica e sexo.

Novas causas de morte: umas relativas a tumores malignos, e outras relacionadas quer com as perturbações mentais e do comportamento, quer com algumas doenças do sistema nervoso e dos aparelhos circulatório e digestivo.

Relevância às complicações da gravidez, parto e puerpério e a algumas afeções originadas no período perinatal, bem como às malformações congénitas e anomalias cromossómicas.

Em algumas causas de morte externas, foram incluídas as sequelas, nomeadamente nos acidentes e acidentes de transporte, nas lesões autoprovocadas intencionalmente e nas agressões, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças, 10.^a revisão (CID-10), vigente.



A publicação inclui quadros de dados, com informação desagregada até ao nível de NUTS III, sexo e grupos etários decenais (ou por grandes grupos etários), um capítulo com a metodologia de cálculo dos indicadores derivados e ainda a lista das causas de morte em análise, com a respetiva codificação em CID-10.



O INE divulgou, pela primeira vez,
resultados do inquérito efetuado junto dos municípios atingidos

Em 2013, foram declarados como incêndios de grande dimensão e gravidade os ocorridos no Caramulo, Picões, Trancoso, Mondim de Basto e Covilhã.

De acordo com os valores declarados pelos Municípios afetados, estima-se que os danos diretos daqueles cinco incêndios, tenham atingido 34,2 milhões de euros (0,02% do PIB), valor correspondente a uma área ardida de 27 918 ha (0,30% do território).

No incêndio do Caramulo apuraram-se as mais elevadas perdas (13,9 milhões de euros) seguindo-se o incêndio de Picões com danos da ordem dos 10 milhões de euros, valor próximo dos danos estimados para o conjunto dos outros três grandes incêndios (Trancoso, Mondim de Basto e Covilhã).

No incêndio do Caramulo os danos incidiram sobretudo na perda de potencial florestal (88,8% dos danos reportados neste incêndio), sendo Tondela o município mais afetado.

No incêndio de Picões, os danos no potencial agrícola totalizaram 3,8 milhões de euros (37,9% do total de danos reportados neste incêndio), tendo incidido sobretudo no município do Mogadouro.

No conjunto dos três outros incêndios, os danos em infraestruturas foram estimados em 1,5 milhões de euros. Em Trancoso e na Covilhã os principais danos registaram-se ao nível do potencial agrícola, enquanto em Mondim de Basto, os impactos incidiram principalmente no potencial florestal.

Para obter dados estatísticos sobre o impacto dos grandes incêndios, o INE concebeu um inquérito que visou obter dados em quatro aspetos específicos:

Perda do potencial florestal - Quantificação das áreas ardidas de povoamentos florestais e determinação da estimativa dos danos;

Consequências no edificado e na população residente - Identificação e caracterização dos edifícios afetados, levantamento das necessidades das populações e estimativa dos respetivos danos;

Perda do potencial agrícola - Inventariação dos prejuízos físicos e estimativa dos danos nas culturas, nos efetivos animais (incluindo as questões relacionadas com a alimentação), nos equipamentos agrícolas e nas instalações e melhoramentos fundiários;

Danos em Infraestruturas, equipamentos e património ambiental e cultural - Quantificação dos prejuízos e estimativa dos danos diretos decorrentes da ocorrência dos incêndios sobre este tipo de elementos estruturais.

Consulte toda a informação em ine.pt

Uma edição do Instituto Nacional de Estatística e do Observatório das Famílias e das Políticas de Família, do Instituto de Ciências Sociais lançada no Dia Internacional da Família

Os vários capítulos procuram responder – a partir da análise de dados estatísticos, na sua maioria censitários – a três principais linhas de interrogação: Como vivemos em família? Como temos vindo a mudar? Quais os fatores da mudança?

A análise dos Recenseamentos da População e da Habitação do Instituto Nacional de Estatística permite a produção de conhecimento científico novo e a atualização dos estudos sobre as famílias.

Neste livro, e a partir de dados objetivos, mostram-se as tendências demográficas recentes e a crescente diversidade das formas de organização familiar, em Portugal, ao longo das últimas décadas.

Coordenada por Anabela Delgado e Karin Wall esta obra reúne artigos dos/as seguintes autores/as: Ana Caetano, Cátia Nunes, Cláudia Pina, Graça Magalhães, Karin Wall, Maria das Dores Guerreiro, Pedro Vasconcelos, Sofia Aboim, Sofia Marinho, Susana Atalaia, Vanessa Cunha, Vasco Ramos.

Publicação disponível em ine.pt

e em observatoriofamilias.ics.ul.pt



Maio: Há 4 anos que os utilizadores avaliam o Serviço de Apoio a Clientes

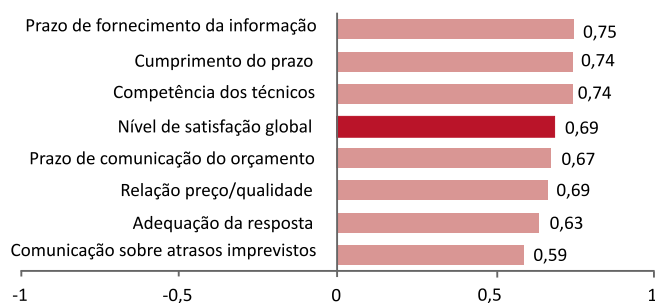
Ao longo destes quatro últimos anos, uma média anual de 2386 utilizadores avaliaram muito positivamente o Serviço de Apoio a Clientes do INE.

Os aspetos mais valorizados pelos utilizadores, situados acima do nível de satisfação global do serviço, foram: Prazo de fornecimento da informação, Cumprimento do prazo para entrega da informação e Competência dos técnicos.

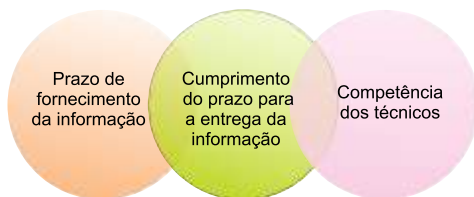
Embora em níveis de satisfação claramente positivos e elevados, a Comunicação sobre atrasos imprevistos, a Adequação da resposta, a Relação preço/qualidade do serviço e o Prazo de comunicação do orçamento foram os aspetos menos valorizados.

Avaliação da satisfação do Pós-Serviço

Nível médio dos últimos 4 anos – maio 2010 a maio 2014

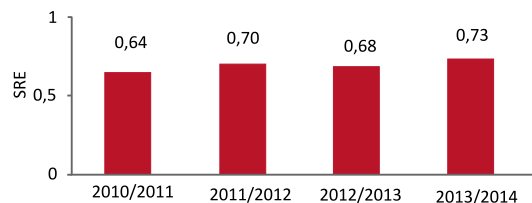


Aspetos em destaque pelos utilizadores



Avaliação da satisfação do Pós-Serviço

Nível médio de satisfação – maio 2010 a maio de 2014

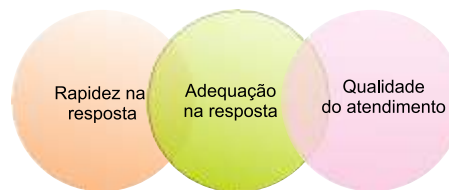


O INE avalia regularmente o nível de satisfação dos/as utilizadores/as, obtendo com essa prática informação relevante para a melhoria dos produtos e serviços que disponibiliza.

O INE agradece a disponibilidade dos utilizadores na participação destas iniciativas

No decurso da realização do inquérito foram deixadas muitas sugestões e comentários que têm constituído uma importante fonte de informação na contínua adequação do nosso serviço em função das necessidades dos nossos utilizadores. O número de comentários positivos tem sido muito superior aos comentários negativos, destacando-se positivamente os seguintes:

Em destaque os comentários mais favoráveis



Medir a satisfação é um compromisso público assumido pelo INE na sua Carta da Qualidade e nas Políticas de Difusão e de Revisão

“Sendo a Missão do INE a prestação de um serviço público, a auscultação ao grau de satisfação relativo à sua atividade, constitui um instrumento de particular relevância para a gestão do Instituto”.

In Carta da Qualidade



Associação Portuguesa de
Classificação e Análise de Dados

20 ANOS

A Associação Portuguesa de Classificação e Análise de Dados celebra 20 anos de existência

A comemoração decorreu durante o seu encontro anual, as Jornadas da CLAD – JOCLAD 2014

Ao longo de duas décadas, a Associação Portuguesa de Classificação e Análise de Dados (CLAD) tem vindo a desenvolver a sua atividade de acordo com a natureza e objetivos definidos na sua génese.

Entre as atividades dinamizadas encontram-se as Jornadas Científicas, realizadas anualmente, sem interrupção. Para tal, a CLAD tem contado com o decisivo apoio de grupos de investigação, sediados em instituições universitárias, com atividade científica relevante nas áreas de atuação da CLAD. As vinte edições das jornadas realizadas tiveram lugar na zona da Grande Lisboa, Porto, Aveiro, Açores, Algarve, Vila Real, Tomar e Guimarães.

Em vinte anos de existência, a CLAD promoveu anualmente Jornadas de Classificação e Análise de Dados, sendo as de 2014 as vigésimas primeiras

Para assinalar os vinte anos da CLAD, entendeu-se por bem dar visibilidade à cooperação existente, desde sempre, com o INE. Assim, as Jornadas de 2014 não ocorreram em seio universitário, pela primeira vez na sua história, mas sim no Edifício-Sede do INE, em Lisboa, entre os dias 10 e 12 de abril.

[Consulte aqui mais informações sobre as JOCLAD 2014](#)



De acordo com a Presidente do INE, Alda de Caetano Carvalho, "(...) é uma honra para o Instituto Nacional de Estatística acolher estas Jornadas, honra acrescida porque nelas se comemora o XX Aniversário da Associação Portuguesa de Classificação e Análise de Dados. (...)

A CLAD, como é habitualmente conhecida, é uma entidade de particular relevância, que tem prestado valiosos serviços à academia e à investigação e com a qual o Instituto Nacional de Estatística, dada a Missão de que está investido, mantém relações de grande proximidade".

O Programa refletiu o carácter multidisciplinar das Jornadas, enquadrando a apresentação de trabalhos teóricos e aplicados e focando diversas temáticas da Análise de Dados em domínios transversais à sociedade.

A componente lúdica contou com a atuação do grupo coral do Grupo Desportivo do INE; uma visita ao exterior do edifício do INE e sua envolvente, na observação da obra de Pardal Monteiro e seus contemporâneos; uma sessão sobre o edifício e publicações mais marcantes do Instituto; e o habitual jantar de confraternização entre os participantes.



Alda de Caetano Carvalho – Presidente do INE e das Jornadas
Fernanda Sousa – Secretário das Jornadas e Presidente da CLAD
José Dias – Direção da CLAD



Fernanda Sousa – Secretário das JOCLAD2014 e Carlos Marcelo – Direção da CLAD, na Sessão de encerramento

JOCLAD – alguns números:

- ▶ 80 participantes, entre investigadores, estudantes e profissionais
- ▶ 61 trabalhos apresentados, dos quais 15 em formato de poster
- ▶ 4 sessões plenárias com convidados de renome internacional
- ▶ minicurso ministrado por um dos palestrantes convidados
- ▶ 2 sessões temáticas organizadas pelo INE e BdP com trabalhos desenvolvidos no âmbito da sua atividade
- ▶ sessão comemorativa dos 20 anos da CLAD – génese, percurso e atividades desenvolvidas





SOCIEDADE PORTUGUESA
DE ESTATÍSTICA

A Sociedade Portuguesa de Estatística promoveu, pelo terceiro ano consecutivo, a iniciativa Radical Estatística, dirigida aos alunos do 10º e 11º ano.

O número de equipas inscritas nesta edição duplicou relativamente à edição anterior, tendo estado representadas escolas secundárias de norte a sul do país e, pela primeira vez, também das ilhas.

As equipas jogaram *online*, tendo que ultrapassar 8 níveis, de dificuldade crescente, constituídos por perguntas e respostas de escolha múltipla.

Na 1ª etapa do evento, a competição *online*, que decorreu entre 4 fevereiro e 4 de abril, contou com a participação de 136 equipas, cada uma constituída por 4 alunos e 1 professor responsável.

As dez equipas melhor classificadas tiveram como prémio a participação no Campo Aventura SPE – Radical Estatística, que decorreu, em maio, no Campo Aventura em Óbidos.

Nesta 2ª etapa do evento, entre múltiplas atividades radicais (*Old Mine*, *GPS*, *Slide*, *High Ropes*, *Low Ropes*, Jogos de Estratégia) e divertidos momentos lúdicos, novos desafios estatísticos tiveram que ser ultrapassados.



◀ voltar

O Podium da 3ª Edição da Radical Estatística:

1º lugar: Os Melhores

Escola Secundária Quinta do Marquês, Oeiras

Professora: Ana Margarida Franco de Sousa Loreto

Alunos: Hugo Costa, Miguel Dias, João Sacadura, Sofia Pinto

2º lugar: NeoQuartis

Escola Secundária de S. Lourenço, Portalegre

Professor: Jorge Manuel Vilhais

Alunos: Maria Teresa Rosado de Moura, João Pedro Mourato Correia, João Pedro do Carmo Meira, Guilherme Henrique Almirante Vilhais

3º lugar: Brutos da Malhada

Escola Secundária de S. Lourenço, Portalegre

Professora: Júlia de Fátima Comprido

Alunos: Pedro Fonseca, Ana Miranda, Beatriz Braz, Miguel Amaral

A 3ª etapa do evento terá lugar em 12 e 13 de setembro e será dedicada aos professores, quer aos responsáveis pelas equipas inscritas na competição *online*, quer a outros professores; será constituída por uma ação de formação “Radical Estatística: uma maneira diferente de ensinar Estatística”, acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, na área da Matemática/Métodos Quantitativos e da Inovação Educacional.



Comissão Coordenadora:

Ana Isabel Carita – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa

Carina Silva Fortes – Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa

Júlia Teles – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa

Consultores:

Bruno de Sousa – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Dulce Gomes – CIMA-UE, Departamento de Matemática, Universidade de Évora

Apoios:

Sociedade Portuguesa de Estatística, Ciência Viva, Centro de Investigação e Desenvolvimento em Matemática e Aplicações da Universidade de Aveiro, Centro de Estatística e Aplicações da Faculdade de Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa, Pordata, Fundação Portugal Telecom, Centro de Matemática e Aplicações FCT/UNL, Grupo de Física Matemática da Universidade de Lisboa, Porto Editora, Instituto Politécnico de Portalegre

A Aventura Social, que tem vindo a desenvolver diversos projetos de investigação e monitorização no domínio da promoção da saúde e comportamento social de jovens, esteve representada no Campo Aventura SPE – Radical Estatística pela Profª Doutora Inês Camacho, que apresentou a palestra “Uma Aventura Social Super-Radical”.

Nesta palestra foi realçada a importância da Estatística no tratamento de dados reais, tendo sido mostradas e discutidas diversas estatísticas relativas a assuntos com interesse para os jovens, como por exemplo, a amizade, o *bullying*, as drogas e a auto-imagem.

Consulte aqui toda a informação sobre o projeto



Às Organizações | Empresas | Estabelecimentos

Temas	Principal Forma de Recolha dos Dados
Abate de Aves e Coelho Aprovados para Consumo Público	Internet
Administração Pública Local	Internet
Alterações de Utilização dos Edifícios	Internet
Ambiente	Internet
Associações, Uniões, Federações e Confederações Patronais	Internet
Avicultura (aves, aviários, incubadoras)	Internet
Comércio Internacional	Internet
Comércio Interno	Internet
Conjuntura: Investimento/ Construção/ Indústria/ Comércio/ Serviços	Internet
Custo do Trabalho	Internet
Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas	Internet
Empresas Não Financeiras	Internet
Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros	Internet
Espectáculos ao Vivo	Internet
Financiamento Público de Atividades Culturais, Criativas e Desportivas	Internet
Gado Abatido e Aprovado para Consumo Público	Internet
Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias	Internet
Hospitais	Internet
Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários	Internet
Leite de Vaca e Produtos Lácteos	Internet
Licenciamento de Obras	Internet
Museus	Internet
Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios	Internet
Permanência na Hotelaria, Parques de Campismo e Colónias de Férias	Internet
Perspetivas de Exportação de Bens	Internet
Pescadores Matriculados por Segmento de Pesca	Internet
Preços de Materiais de Construção	Internet
Preços de Produtos Agrícolas	Internet
Preços na Produção de Produtos Industriais	Internet
Primeira Transformação de Resina	Internet
Produção Animal - Manifesto de produção de lã	Internet
Produção de Azeite	Internet
Produção Industrial	Internet
Produção Vegetal - Árvores de Fruto e Oliveiras	Internet
Publicações Periódicas	Internet
Recolha, Tratamento e Transformação do Leite	Internet
Resíduos Urbanos e Não Urbanos	Internet
Serviços Prestados às Empresas	Internet
Trabalhos de Remodelação de Terrenos	Internet
Transporte Fluvial de Passageiros e Veículos	Internet
Transporte por Metropolitano	Internet
Transporte Rodoviário de Mercadorias	Internet
Transporte Rodoviário de Passageiros	Internet
Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas	Internet
Volume de Negócios e Emprego no Comércio a Retalho/ Indústria/ Serviços	Internet
Conclusão de Obras e sua Utilização	Telefone
Preços no Consumidor	Presencial
Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação	Suporte Magnético

Às Famílias

Temas	Principal Forma de Recolha dos Dados
Conjuntura: Consumidores	Telefone
Deslocações dos Residentes	Telefone/presencial
Emprego	Telefone/Presencial
Rendas de Habitação	Telefone/Presencial
Situação dos Migrantes e seus Descendentes no Mercado de Trabalho	Telefone/Presencial



← voltar

Estatísticas do Emprego, 1.º Trimestre 2014

Reúne as principais estimativas sobre população ativa, população empregada, população desempregada, população inativa, taxa de atividade, taxa de emprego e taxa de desemprego.

Divulga, ainda, uma série de resultados do Inquérito ao Emprego (do 4º trimestre de 2013 ao 1.º trimestre de 1998), calibrados por referência às estimativas da população residente, calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

O Tema em análise (capítulo 6) intitula-se: *Nota sobre a revisão das estimativas do Inquérito ao Emprego decorrente da revisão das estimativas da população residente após integração dos resultados definitivos dos Censos 2011.*



REVSTAT – STATISTICAL JOURNAL

Volume 12, N.º 1 – March 2014

Publicação científica (edição exclusiva em inglês) consagrada a artigos de elevado interesse científico, nas áreas da Probabilidade e da Estatística, que contribuem para a divulgação de métodos estatísticos inovadores.

Número constituído por cinco artigos:

ROC Curve Estimation: An Overview

Luzia Gonçalves, Ana Subtil, M. Rosário Oliveira and Patricia de Zea Bermudez

A Review on ROC Curves in the Presence of Covariates

Juan Carlos Pardo-Fernández, María Xosé Rodríguez-Álvarez and Ingrid Van Keilegom

Developments in ROC Surface Analysis and Assessment of Diagnostic Markers in Three-Class Classification Problems

Christos T. Nakas

Verification Bias—Impact and Methods for Correction when Assessing Accuracy of Diagnostic Tests

Todd A. Alonzo



Modeling without a Gold Standard: Stratification with Stratum-Dependent Parameters

Francisco Louzada, Gilberto de Araujo Pereira, Márcia M. Ferreira-Silva, Valdirene de Fátima Barbosa, Helio de Moraes-Souza and Gleici S. Castro Perdoná

Risco de morrer 2012

Editada pelo INE e pela Direção-Geral de Saúde (DGS), esta publicação retoma a edição regular dos dados da mortalidade por causas de morte (ver página 18).



Empresas em Portugal 2012

Os principais indicadores que caracterizam a estrutura e evolução do setor empresarial, em 2012, obtidos a partir do Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Publicação melhorada

A publicação foi reformulada a nível da apresentação e dos conteúdos, com a introdução de novos temas.

São disponibilizados quadros de resultados para uma série temporal mais longa, de 2004 a 2012, o que representa uma melhoria face às edições anteriores.

Para facilitar a consulta, os quadros passaram a ser disponibilizados separadamente em EXCEL, para o total de empresas e para as empresas não financeiras.



Portugal em Números / Portugal in Figures 2012

Edição bilingue (português/inglês) integra informação estatística de síntese, organizada em quatro áreas: O Território, As Pessoas, A Atividade económica e O Estado.





Revista de Estudos Demográficos N.º 53

Dedicado à população estrangeira residente em Portugal, este número é composto pelos seguintes artigos:

Empregadores estrangeiros em Portugal: o que os Censos nos ajudam a compreender

Caracterização da população estrangeira a residir em Portugal, com base nos Censos 2011

A população de nacionalidade chinesa a residir em Portugal: uma caracterização com base nos Censos 2011

Estrangeiros e nascidos no estrangeiro residentes em Portugal, CPLP em destaque.



25 de abril – 40 anos de estatísticas



Famílias nos Censos 2011

Diversidade e Mudança

Para conhecer:

Como vivemos em família

Como temos vindo a mudar

Quais os fatores de mudança



Apresentada por ocasião do 25 de abril de 2014, esta publicação procura ilustrar o caminho percorrido e as principais alterações registadas em Portugal, nas últimas quatro décadas, recorrendo a informação estatística sobre as seguintes áreas: População e Território, Família, Mulheres e Homens, Habitação, Educação, Emprego e Salários, Condições de Vida, Saúde, Proteção Social, Cultura, Transportes e Comunicações, Justiça, Economia, Finanças Públicas, Participação Política.

Esta publicação, composta por dez capítulos, visa a produção de conhecimento científico novo e a atualização de estudos sobre as famílias em Portugal (ver pág. 21).

Destaque

Período de referência

Data de divulgação*

Informação à Comunicação Social

Índice de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Indústria	Maio de 2014	08 de julho
Índice de Custos de Construção de Habitação Nova e Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação	Maio de 2014	08 de julho
Inquérito de Conjuntura ao Investimento	1.º Semestre de 2014	09 de julho
Estatísticas da Construção e Habitação	2013	09 de julho
Estatísticas do Comércio Internacional	Maio de 2014	10 de julho
Índice de Preços no Consumidor	Junho de 2014	10 de julho
Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços	Maio de 2014	10 de julho
Índice de Produção, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Construção e Obras Públicas	Maio de 2014	10 de julho
Atividade dos Transportes	1.º Trimestre de 2014	14 de julho
Atividade Turística	Maio de 2014	15 de julho
Índices de Preços na Produção Industrial	Junho de 2014	17 de julho
Síntese Económica de Conjuntura	Junho de 2014	17 de julho
Estatísticas Agrícolas	2013	22 de julho
Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação	Junho de 2014	23 de julho
Tipologia Socioeconómica das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto		24 de julho
Atividade Turística	2013	24 de julho
Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação	Junho de 2014	25 de julho
Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores	Julho de 2014	30 de julho
Índice de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho	Junho de 2014	30 de julho
Índices de Produção Industrial	Junho de 2014	30 de julho

* Datas de divulgação previstas. Em caso de eventual alteração a mesma será anunciada no Portal do INE, em Destaques/Calendário.

INEWS

Publicada pelo Instituto Nacional de Estatística
Edição trimestral
Contacto: newsletter@ine.pt

Editora: Maria Manuela Martins

Colaboradores permanentes: Carlos Marcelo (no Mundo da Estatística), Ernestina Baptista, Filomena Simão, Isabel Silva, Magda Ribeiro, Margarida Rosa, M. João Zilhão, Paula Nogueira

Design: Isabel Guedes

Paginação: Cristina Drago

Apoio Técnico: Alberto Pina, Bruno Guerreiro, Domingos Rosário, Marco Moura
Fotografia da capa gentilmente cedida por:
Pedro Almeida (apedro.1972@gmail.com)

A INEWS agradece a todos/as quantos/as colaboraram neste número: Alberto Pina, Ana Santos, Anabela Delgado, Carlos Carvalho, Cátia Nunes, Cláudia Pina, Cristina Neves, Cristina Ramos, Eduarda Góis, Edviges Coelho, Elsa Soares, Francisco Vala, Goretti Nunes, Graça Magalhães, Idílio Freire, Jorge Magalhães, Margarida Madaleno, Maria Manuel Pinho, Pedro Oliveira, Rui Evangelista, Sofia Leite

Instituto Nacional de Estatística

Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa – Portugal
Telefone: +351 21 842 61 00

Conselho Diretivo

Alda de Caetano Carvalho – Presidente
Helena Cordeiro
Carlos Coimbra

Contactos

Para informações:

Produtos e serviços:

Apoio a Clientes
808 201 808 (custo de chamada local, rede fixa nacional)
218 440 695 (outras redes)
Fax: 218 426 364
E-mail: info@ine.pt

Inquéritos em curso:

webinq@ine.pt
ou pelos telefones (chamada gratuita, exceto Açores):

808 201 600 (rede fixa nacional)
218 426 307 (outras redes)

800 200 262 D.R. Estatística da Madeira
295 204 020 S.R. Estatística dos Açores

Se for contactado/a colabore e responda ao INE.

A colaboração de cidadãos/ãs e de agentes económicos é indispensável. A obtenção de estatísticas oficiais de qualidade depende do rigor da resposta aos nossos inquéritos.

O INE garante a confidencialidade da informação que lhe é confiada para a produção das estatísticas oficiais, nos termos do disposto na Lei do Sistema Estatístico Nacional.